

PREFÁCIO

Os Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural firmados pela ANP, desde 1998, contém cláusulas denominadas de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. Tais cláusulas estabelecem que os concessionários são obrigados a realizar despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento, em valor equivalente a 1% (um por cento) da receita bruta proveniente dos campos para os quais a Participação Especial (PE) seja devida. Até 50 % (cinquenta por cento) do valor dos investimentos poderão ser aplicados em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários e o restante deve ser aplicado em Universidades e Institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais, que forem previamente credenciados pela ANP para este fim.

PROPOSTA

Modificar o último parágrafo conforme a seguir:

“Até 50 % (cinquenta por cento) do valor dos investimentos poderão ser aplicados em despesas qualificadas como: A) pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários e o restante deve ser aplicado em Universidades e Institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais, que forem previamente credenciados pela ANP para este fim. B) treinamento, qualificação e certificação, efetuados por entidades de caráter técnico-científico, de fins não econômicos previamente credenciados pela ANP para este fim.”

1 OBJETIVO

1.1 Este Regulamento estabelece as orientações, os procedimentos e os requisitos técnicos para o credenciamento de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, públicas e privadas, nacionais, localizadas no Brasil, previsto na Cláusula “Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento”, constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural.

PROPOSTA

Modificar o texto do item 1.1 conforme a seguir:

“Este Regulamento estabelece as orientações, os procedimentos e os requisitos técnicos para o credenciamento de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entidades de treinamento, qualificação e certificação, públicas e privadas, nacionais, localizadas no Brasil, previsto na Cláusula “Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento”, constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural.”

6 DEFINIÇÕES

6.3 Entidade

Pessoa Jurídica à qual a Instituição pertence, tais como universidade, centro de pesquisa, instituto tecnológico e outras organizações, públicas ou privadas, nacionais, localizadas no País, que realizam atividades relacionadas com pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com poderes legais e estatutários para autorizar a prestação de serviços tecnológicos a terceiros.

PROPOSTA

Modificar o texto do item 6.3 conforme a seguir:

“Pessoa Jurídica à qual a Instituição pertence, tais como universidade, centro de pesquisa, instituto tecnológico e outras organizações, públicas ou privadas, nacionais, localizadas no País, que realizam atividades relacionadas com pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com poderes legais e estatutários para autorizar a prestação de serviços tecnológicos a terceiros. Considera-se também como entidades as fundações e associações de caráter técnico-científicos, de fins não econômicos que realizam atividades de treinamento, qualificação e certificação.”

6.26 Serviços Tecnológicos

Consideram-se os serviços específicos relacionados com as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizados a partir de conhecimentos preexistentes para desenvolvimento, melhoramentos ou avaliação tecnológica de novos produtos ou processos;

PROPOSTA

Modificar o texto do item 6.26 conforme a seguir:

“Consideram-se os serviços específicos relacionados com as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizados a partir de conhecimentos preexistentes para desenvolvimento, melhoramentos ou avaliação tecnológica de novos produtos ou processos. Considera-se também como serviços específicos as atividades relacionadas com treinamento, qualificação e certificação.”

8 DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

8.1 O credenciamento é de caráter facultativo, aberto a qualquer Instituição vinculada a uma Entidade, definidas conforme Itens 6.1 e 6.3, respectivamente, de comprovada competência científica e tecnológica e que tem a capacidade de oferecer permanentemente serviços tecnológicos referentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas de interesse do setor de petróleo e gás natural.

PROPOSTA

Modificar o texto do item 8.1 conforme a seguir:

“O credenciamento é de caráter facultativo, aberto a qualquer Instituição vinculada a uma Entidade, definidas conforme Itens 6.1 e 6.3, respectivamente, de comprovada competência científica e tecnológica e que tem a capacidade de oferecer permanentemente serviços tecnológicos referentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento, treinamento, qualificação e certificação em áreas de interesse do setor de petróleo e gás natural.”

8.4 Para os Serviços tecnológicos definidos no Sub-item 10.2, alínea (f), só poderão solicitar o credenciamento as Instituições caracterizadas como organizações de sociedade civil, sem fins lucrativos, públicas ou privadas, com notório saber no domínio da gestão tecnológica, incumbidas, por lei, regimento interno ou estatuto, de promover ou realizar atividades relacionadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

PROPOSTA

Modificar o texto do item 8.4 conforme a seguir:

“Para os Serviços tecnológicos definidos no Sub-item 10.2, alíneas (f), (g) e (h), só poderão solicitar o credenciamento as Instituições caracterizadas como organizações de sociedade civil, de fins não econômicos, públicas ou privadas, com notório saber no domínio da gestão tecnológica, incumbidas, por lei, regimento interno ou estatuto, de promover ou realizar atividades relacionadas a pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica, treinamento, qualificação e certificação.”

10 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS OBJETO DO CREDENCIAMENTO

10.2 Os Serviços Tecnológicos a que se refere o Item 10.1 são aqueles abrangidos nos grupos de serviços abaixo:

- a) desenvolvimento e engenharia de unidades operacionais e/ou insumos básicos, tais como equipamentos, instrumentos, componentes e outros materiais;
- b) desenvolvimento e engenharia de processos;
- c) desenvolvimento de sistemas de informação e “softwares” de controle ou processamento;
- d) desenvolvimento de produtos e processos para monitoração, manejo e conservação do meio ambiente;

- e) ensaios laboratoriais não rotineiros; e
- f) gestão tecnológica de projetos e programas;

PROPOSTA

Incluir no texto mais dois itens conforme a seguir:

“g) treinamento, qualificação e certificação de pessoas; e

h) certificação de produtos e sistemas.”

12 REQUISITOS GERAIS PARA CREDENCIAMENTO

12.1 As Instituições solicitantes deverão atender aos seguintes requisitos gerais para o credenciamento:

- a) cadastro na Base Nacional de Informações em Ciência e Tecnologia – Plataforma Lattes –, do CNPq vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- b) disponibilidade de infra-estrutura laboratorial, organizacional e administrativa necessária para o adequado atendimento dos serviços tecnológicos propostos;
- c) assinatura do dirigente máximo da Entidade e do responsável pela Instituição, na solicitação do credenciamento;
- d) emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços tecnológicos ou documento equivalente, diretamente ou por meio da Entidade responsável de Faturamento conforme definida no Item 8.4;
- e) compromisso com o envio de relatório de faturamento, a cada semestre, para a ANP, contendo dados sobre os contratos/convênios firmados e os Serviços Tecnológicos prestados aos concessionários, conforme modelo estabelecido no ANEXO C- Procedimentos para Elaboração do Relatório de Faturamento das Instituições Credenciadas,
- f) compromisso em não realizar os Serviços Tecnológicos credenciados por meio da subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP;
- g) compromisso com o atendimento às solicitações formais da ANP dentro do prazo estabelecido neste Regulamento Técnico;
- h) assegurar aos técnicos avaliadores designados pela ANP, o livre acesso às instalações e à documentação pertinente ao credenciamento;
- i) continuidade no atendimento dos serviços tecnológicos credenciados;
- j) possuir logística de gerenciamento adequada ao porte dos Serviços Tecnológicos credenciados;
- k) compromisso da Instituição e de seus órgãos superiores na aplicação dos recursos arrecadados para a manutenção e o desenvolvimento da infra-estrutura e de pessoal relacionados com os serviços tecnológicos objeto do credenciamento; e
- l) compromisso com o contínuo aprimoramento do sistema da qualidade.

PROPOSTA

Incluir no texto os item 12.2 conforme a seguir:

“As Entidades solicitantes deverão atender aos seguintes requisitos gerais para o credenciamento:

a) assinatura do dirigente máximo da Entidade e do responsável pela Instituição, na solicitação do credenciamento;

b) emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços tecnológicos ou documento equivalente, diretamente ou por meio da Entidade responsável de Faturamento conforme definida no Item 8.4;

c) compromisso com o envio de relatório de faturamento, a cada semestre, para a ANP, contendo dados sobre os contratos/convênios firmados e os Serviços Tecnológicos prestados aos concessionários, conforme modelo estabelecido no ANEXO C- Procedimentos para Elaboração do Relatório de Faturamento das Instituições Credenciadas,

d) compromisso em não realizar os Serviços Tecnológicos credenciados por meio da subcontratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) não credenciados pela ANP;

e) compromisso com o atendimento às solicitações formais da ANP dentro do prazo estabelecido neste Regulamento Técnico;

f) assegurar aos técnicos avaliadores designados pela ANP, o livre acesso às instalações e à documentação pertinente ao credenciamento;

g) continuidade no atendimento dos serviços tecnológicos credenciados;

h) possuir logística de gerenciamento adequada ao porte dos Serviços Tecnológicos credenciados;

i) compromisso da Instituição e de seus órgãos superiores na aplicação dos recursos arrecadados para a manutenção e o desenvolvimento da infra-estrutura e de pessoal relacionados com os serviços tecnológicos objeto do credenciamento;

j) compromisso com o contínuo aprimoramento do sistema da qualidade.”

Incluir no texto os item 12.3 conforme a seguir:

“Além dos requisitos gerais, o credenciamento está condicionado aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no ANEXO B para as instituições do item 12.1 e ANEXO B’(a ser criado especificamente para atender o cadastramento das Entidades técnico-científicas, de fins não econômicos que atuam em atividades de treinamento, qualificação e certificação) para as entidades do item 12.2 deste Regulamento.”

PROPOSTA

Em relação dos itens 13 a 22 e respectivos anexos devem ser reavaliados a luz das especificidades da Entidades técnico-científicas, de fins não econômicos que atuam em atividades de treinamento, qualificação e certificação. Para o desenvolvimento deste trabalho as Entidades se dispõem a colaborar com a ANP na redação e adequação dos itens supra mencionados.